

MANIFESTO DO COOPERATIVISMO E DAS AGROINDÚSTRIAS CATARINENSES PELA MODERNIZAÇÃO RESPONSÁVEL DA JORNADA DE TRABALHO

Com base técnica, preservação do emprego formal e competitividade para Santa Catarina, as entidades do setor Agro e o cooperativismo catarinense, presentes em todas as regiões do Estado são essenciais para a produção de alimentos.

As entidades, em decorrência dos possíveis reflexos da falta de oferta de serviços e da pouca geração de oportunidades, fomentada pela redução da jornada semanal que avançam sem análise de impactos, sem diferenciação por setor e sem mecanismos de transição, manifesta preocupação e acende um alerta.

Levantamento recente do Sistema OCESC, bem como da FIESC e a FAESC-Federação da Agricultura do Estado de SC, apontam que a redução da carga horária semanal de trabalho, em apreciação no Congresso Nacional, pode provocar impacto estimado de R\$ 10,8 bilhões por ano somente para as cooperativas e agroindústrias catarinenses.

Hoje, as cooperativas e agroindústrias em Santa Catarina mantêm 102.402 empregados diretos. Em cenário de redução de 44h para 40h semanais, a estimativa indica necessidade de 12.394 novas contratações, com custo mensal de R\$ 74,3 milhões.

E pior, em se considerando a redução de 44h para 36h semanais, a necessidade sobe para 26.664 novas contratações, com custo mensal de R\$ 159,9 milhões.

Como aspecto complementar ao impacto financeiro há vagas em aberto não preenchidas em número superior aos 4.000 posto de trabalho, o que se agravaria ainda mais pela redução da jornada.

A realidade do mercado de trabalho catarinense amplia a gravidade do quadro: o texto registra desemprego de 2,3% no 3º trimestre de 2025, caracterizando pleno emprego, o que restringe a disponibilidade de mão de obra para suprir contratações adicionais.

Nesse contexto, cresce o risco de descontinuidade operacional em atividades que exigem regularidade e escala, como linhas de produção, indústrias, lojas, granjas e frigoríficos. Além da dificuldade prática de contratação, a redução da jornada sem redução proporcional de salários eleva o custo da hora trabalhada, com efeitos diretos sobre competitividade e inflação, via repasse de custos ao consumidor. Lembramos que alguns ramos do agro catarinense e brasileiro já possuem pausas psicofisiológicas que reduzem consideravelmente a jornada de trabalho.

O texto também aponta risco de aumento da informalidade, diante do encarecimento do emprego formal. Os números mostram, ainda, o tamanho da ruptura estrutural exigida para “cobrir horas”: no cenário de 40h, a necessidade representa aproximadamente +13% sobre o quadro atual; e no cenário de 36h, aproximadamente +26%.

Diante disso, o cooperativismo e as agroindústrias catarinenses, em unidade com entidades representativas de Santa Catarina, defendem uma agenda de modernização que concilie qualidade de vida, sustentabilidade econômica e preservação do emprego formal.

Princípios que orientam este Manifesto:

1. Preservação do emprego formal e da renda

Mudanças devem proteger o trabalho com carteira assinada e evitar estímulos à informalidade.

2. Produtividade como base de sustentabilidade

Redução de jornada exige ganho real de produtividade, com qualificação, tecnologia, inovação e melhoria do ambiente de negócios.

3. Diferenciação setorial e regional

Regras precisam reconhecer operações contínuas, sazonalidade, serviços essenciais, cadeias agroindustriais e particularidades territoriais.

4. Negociação coletiva como caminho preferencial

Ajustes por acordos coletivos oferecem calibragem por ramo e realidade local, com equilíbrio entre empregadores e trabalhadores.

5. Transição responsável, com segurança jurídica

Qualquer alteração deve incluir fase de adaptação, avaliação de impactos e previsibilidade para investimento, produção e serviços.

O que defendemos

- Debate técnico com dados, transparência metodológica e participação do setor produtivo e das representações laborais.
- Modelos graduais, com salvaguardas para atividades essenciais e operações contínuas.
- Fortalecimento da negociação coletiva como instrumento de ajuste de jornada e escalas.
- Medidas concretas para elevar produtividade e reduzir o custo estrutural do emprego formal.

Compromisso com Santa Catarina

O agronegócio e o cooperativismo catarinense, aqui representados pelas entidades abaixo assinados, reafirmam compromisso com trabalho digno, desenvolvimento regional, abastecimento, competitividade e qualidade de vida. Modernizar é necessário. A decisão precisa de responsabilidade, base técnica e respeito às diferenças. Sem isso, o resultado tende a ser aumento de custos, perda de competitividade, pressão inflacionária e mais informalidade, exatamente o oposto do interesse público.

Nesse sentido, considera-se recomendável que o Projeto de Lei não seja pautado, discutido ou votado no presente ano político-eleitoral, de modo a assegurar que o debate ocorra em ambiente institucional mais adequado, com serenidade, base técnica e ampla participação social, favorecendo a construção de consensos duradouros e soluções equilibradas, evitando que decisões pressionadas comprometam a qualidade das políticas públicas e seus efeitos sobre o emprego formal, a produtividade e a competitividade do país.

Florianópolis, 10 de março de 2026.

Jose Zeferino Pedrozo
Presidente da Faesc

Arno Pandolfo
Presidente da FECOAGRO

Jose Walter Dresch
Presidente da Fetaesc

Vanir Zanatta
Presidente da OCESC

José Antonio Ribas Junior
Presidente do Sindicarne

Irani Pamplona Peters
Presidente da AINCADESC

Marcondes Aurélio Moser
Presidente da ACAV

Selvino Giesel
Presidente do SINDILEITE SC

Rui Schneider da Silva
Presidente do SICOOB SC/RS